

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
GIOVANA CRISTINA COTRIN LORO

A Popularidade dos Governadores Brasileiros

São Paulo
2016

GIOVANA CRISTINA COTRIN LORO

A Popularidade dos Governadores Brasileiros

Trabalho preparado para apresentação no
VI Seminário Discente da Pós-
Graduação em Ciência Política da USP,
de 2 a 6 de maio de 2016.

São Paulo
2016

1. Resumo

Essa iniciação científica tem como base a teoria do voto econômico, a qual analisa se o desempenho do governo tem influência sobre a decisão de voto dos eleitores. Desse modo, o objetivo é entender o comportamento da aprovação do governador nos estados brasileiros. Para isso, os esforços dessa iniciação estão concentrados na construção de um banco de dados da avaliação dos governadores desde 1987 até o período atual. As fontes dos dados desse banco serão as pesquisas de opinião pública dos principais institutos brasileiros de pesquisa (Datafolha, IBOPE, CNI, Vox Populi). A importância desse trabalho vem da lacuna da literatura sobre o voto econômico com enfoque nos determinantes da aprovação de governos subnacionais. Posto isso, pretende-se responder as seguintes perguntas: (i) existe variação nas taxas de aprovação de cada governador? (ii) quais forças sistemáticas podem causar a popularidade ou a impopularidade dos governadores ao longo do tempo? A hipótese que move essa pesquisa é a de que as taxas de aprovação e a popularidade dos governadores estão relacionadas com a situação econômica de cada unidade federativa. Para a apresentação do pôster, pretende-se expor os resultados alcançados, assim como o desenvolvimento da pesquisa, até o prazo estabelecido para o envio do texto.

2. Introdução

Essa iniciação científica faz parte da pesquisa “Determinantes econômicos da popularidade dos Governadores”, do projeto “As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros”. O objetivo desta iniciação científica que teve início em dezembro de 2015 é de construir um banco de dados, inédito, das pesquisas de avaliação dos governadores das unidades federativas brasileiras. Em paralelo, será dedicado um esforço para entender como a Ciência Política tem utilizado medidas de aprovação para avaliar o desempenho de governos.

Para a coleta de dados, foi feita uma apuração em todos os sites das instituições brasileiras de pesquisa de opinião a fim de encontrar as pesquisas, nas quais, a pergunta “Como você avalia o governo do seu estado?” estivesse presente e tivesse como resposta as opções: “ótimo / bom”, “regular”, “ruim / péssimo” e “não sei”. Foram

consultados os sites do IBOPE, Datafolha, Confederação Nacional da Indústria (CNI), VOX POPULI, Consórcio de Informações Sociais (CIS) e Centro de Estudos e Opinião Pública (Cesop).

As perguntas nos bancos sobre a popularidade e aprovação dos governadores não são frequentes nas pesquisas de opinião e, por isso, existe um número limitado de dados. Dentro deste limite, a maioria dos dados obtidos estavam nos bancos de dados da Datafolha, no próprio site da instituição, bem como na plataforma online do CIS. Também, foram obtidos os dados da pesquisa elaborada pelo IBOPE em parceria com a CNI em 2013. Os dados dessa pesquisa foram coletados para as vinte e sete unidades federativas brasileiras.

No Cesop, foram encontrados muitos dados que auxiliariam muito no avanço da pesquisa. Foi enviado um pedido ao Cesop solicitando os bancos correspondentes a aprovação em setembro de 2015. Somente no dia 19 de fevereiro de 2016 foi atendido o pedido. Nas seguintes semanas, os bancos de dados foram, gentilmente, enviados.

Com os dados obtidos, foram feitos alguns gráficos¹ com as avaliações dos governos estaduais que correspondem a “ótimo / bom” para expressar o quanto há variação de acordo com cada período e, até, entre as unidades federativas. Ademais, esses gráficos deixam em evidência a discrepância da quantidade de dados coletados para cada estado brasileiro. Mesmo, na região Sudeste, não foram encontrados dados para todos os estados na mesma quantidade em que foram para o estado de São Paulo, como se pode perceber, os dados de Minas Gerais são poucos e os do Rio de Janeiro e Espírito Santos nem aparecem.

As análises dos gráficos presentes nesse relatório não podem conduzir à nenhuma conclusão concreta, pois ainda é pequena quantidade de dados obtidos. Porém, pode-se fazer análises que ajudam a nortear o caminho dessa pesquisa, as quais mostram que os dados de avaliação de cada estado são diferentes, que esses diferem em certos períodos, muito possivelmente, por causa de algum acontecimento impactante para os eleitores de cada estado.

Serão apresentados três gráficos que comparam a avaliação nacional presidencial com a avaliação estadual dos governadores de Ceará, Minas Gerais e São Paulo. À fim de analisar se as avaliações seguem alguma tendência.

¹ Vide apêndice.

3. Hipóteses

Como um trabalho preliminar, uma primeira hipótese a ser testada é verificar se existe variação na aprovação dos governadores. Uma segunda hipótese será de avaliar se essa variação acompanha, ao longo do tempo, é correlacionada com as taxas de avaliação presidencial. Caso isso não ocorra, o federalismo seria uma força sistemática que exerce influência sobre a popularidade ou impopularidade dos governadores. Caso contrário, haveria evidência para sugerir que existem fatores além das dinâmicas nacionais que afetam a aprovação dos governos estaduais.

4. Amostra

Para testar estas hipóteses, a amostra foi selecionada de acordo com o partido incumbente do governo estadual no período entre 1995 e 2010 e com a nossa quantidade de dados coletada.

O primeiro critério serve para observar se existe alguma semelhança entre a avaliação estadual e a presidencial de acordo com os partidos, para, assim, termos a possibilidade de perceber algum indício sobre a hipótese do federalismo. Ou seja, se as popularidades dos chefes de governos estadual e nacional apresentam alguma tendência no caso dos partidos serem os mesmos, caso isso não aconteça, pode-se começar ver o federalismo como fator explicativo. O período temporal selecionado foi aquele em que houve predominância de dois partidos no governo federal.

Visto que a coleta de dados ainda se encontra no início, foram selecionados os estados que já tiveram maior número de dados coletado. Todavia, o primeiro critério precisava ser atendido primeiramente. Por isso, os estados escolhidos foram Ceará, Minas Gerais e São Paulo.

Os dados apresentados nesse relatório são do instituto de pesquisa nacional Datafolha, desde 1987 até o presente. Contudo, a principal abordagem será entre os anos de 1995 e 2010.

5. Objetivo

Neste estudo, nosso foco é descrever e analisar o comportamento da avaliação estadual dos governos de Ceará, Minas Gerais e São Paulo, comparando estes estados com a avaliação nacional do presidente. Pretende-se observar se esse comportamento tem relação com comportamento dos resultados das avaliações presidenciais, além de buscar observar se existe alguma alteração quando o partido do presidente muda. Sendo que nos três estados, o partido que predomina, nos quatro períodos de mandatos observados, é o PSDB, já que o partido presidencial se mantém PSDB por dois mandatos e o PT nos outros dois.

Tabela 1 – Partidos incumbentes executivos à níveis federal e estadual entre 1995 e 2010

Período dos Mandatos	Partido Brasil	Partido CE	Partido MG	Partido SP
1995-1998	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
1999-2002	PSDB	PSDB	PMDB	PSDB
2003-2006	PT	PSDB	PSDB	PSDB*
2007-2010	PT	PSB	PSDB	PSDB

*Governo do PFL entre 31 de março de 2006 até 1º de janeiro de 2007.

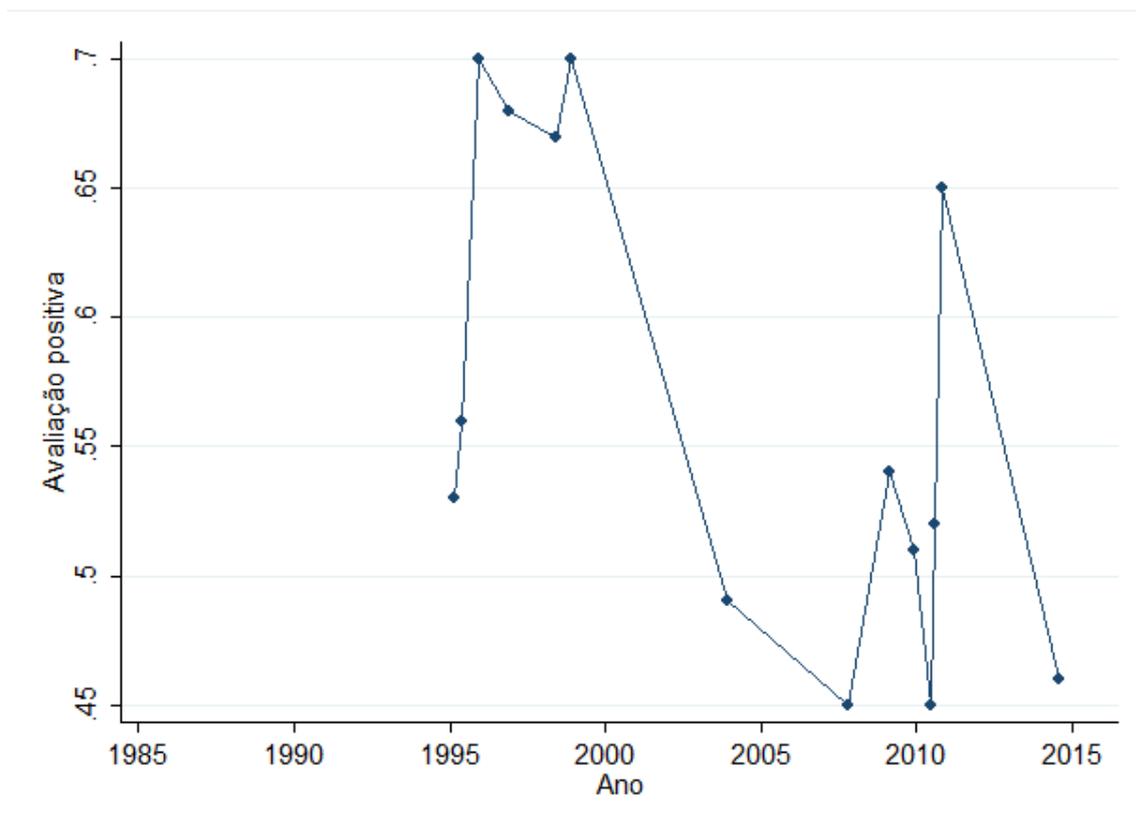
6. Análise dos dados

Os gráficos que seguem apresentam as avaliações dos três estados separadamente e, depois, esses resultados serão comparados com a avaliação presidencial nacional em três gráficos também.

O Gráfico 1 demonstra a avaliação positiva do governo de Ceará. Com uma simples análise, é possível constatar que a popularidade do governador flutua ao longo do tempo, mesmo que com a manutenção do mesmo partido no poder por três mandatos. Por volta de 1995, o governador tinha popularidade de 50% aproximadamente. Logo depois, manteve-se entre 68 e 70%. Em 2003, já há uma queda na popularidade do governador, a avaliação positiva fica entre 45 e 54% até 2015, com exceção de uma

observação que chega a 65%. À primeira vista, já é possível notar que existe flutuação da porcentagem da avaliação positiva do governador.

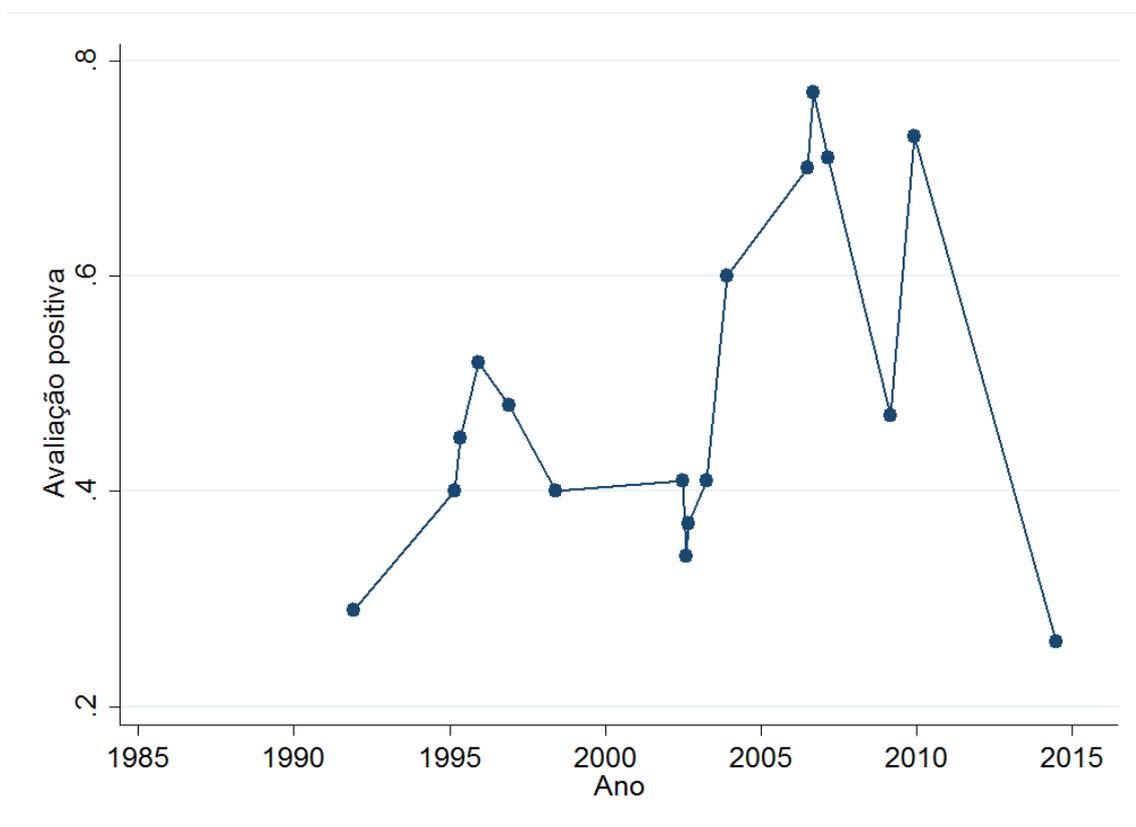
Gráfico 1 – Avaliação positiva (ótimo + bom) do governo estadual do Ceará



Nota: Dados cedidos pelo Cesop.

Nas observações tidas dos governos de Minas Gerais, no Gráfico 2, nota-se pouca uniformidade nos dados, o que até dificulta uma análise por mais simples que seja. Entre, aproximadamente, 1990 e 1995, a avaliação positiva do governador mineiro está em ascendência. Contudo, ela tem um decréscimo até 2002 e, em 2003, tem um significativo aumento e chega em 60%. Três observações quase atingem 80% do índice da boa avaliação. Perto de 2010, há uma nova queda no índice que fica abaixo de 60%, logo, há um novo pico, porém, em 2015, encontra-se o valor mais baixo da avaliação positiva do governo estadual de Minas Gerais.

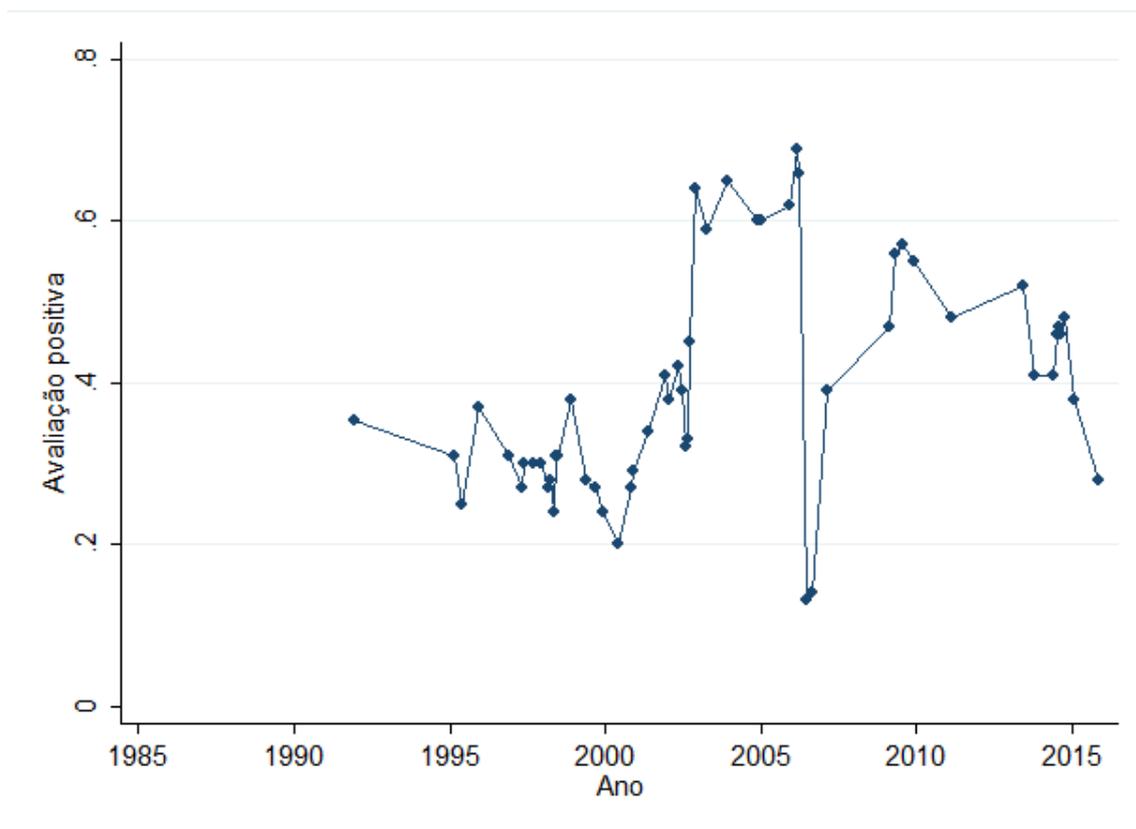
Gráfico 2 – Avaliação de (ótimo + bom) do governo estadual de Minas Gerais



Nota: Dados cedidos pelo Cesop.

O Gráfico 3, o qual avalia São Paulo, nota-se, claramente, que, entre 1990 e 2000, concentram-se a pior avaliação do governo, mas não foi menor que 20% e teve uma oscilação de 20% até 40% aproximadamente. Após esse período, os governos estiveram bem avaliados com uma porcentagem de 60% até 70%. Todavia, esse bom índice não se manteve e teve seu pior desempenho em 2006, com 13% de popularidade. Logo, a curva voltou a ser ascendente, mas sua oscilação manteve-se entre 40 e 60% e, por volta de 2015, diminuiu até um pouco menos que 30%.

Gráfico 3 – Avaliação positiva (ótimo + bom) do governo estadual de São Paulo



Nota: Dados cedidos pelo Cesop.

Agora, segue a comparação, na série temporal 1995-2010, as observações das avaliações positivas dos governadores de Ceará, Minas Gerais e São Paulo em relação às avaliações nacionais dos presidentes.

Ao analisar, primeiramente, o Gráfico 4, o qual compara as avaliações do Ceará e do Brasil, pode-se observar que, mesmo o partido do governador do estado sendo o mesmo do presidente, os valores encontrados na avaliação do governador cearense são bem distantes dos que se encontram na avaliação nacional. Esse resultado aponta para a direção de uma característica do federalismo.

Entretanto, o resultado da comparação das avaliações entre Minas Gerais e Brasil no Gráfico 5, não sugere indícios do efeito do federalismo. Visto que a maioria das observações de MG se encontram próximas da linha de observações do Brasil e, apenas, quatro observações estão mais distantes.

Os dados de São Paulo demonstram as duas tendências já percebidas nos gráficos anteriores. No primeiro e no último mandato observados, os valores das avaliações do governador e do presidente caminham bem próximos. Porém, essa tendência não comprovaria a explicação pelo federalismo. Contudo, os valores da avaliação do governo estadual se distanciam dos valores da avaliação nacional presidencial nos dois mandatos do meio. Comportamento que conduziria a uma explicação por meio da teoria do federalismo.

Gráfico 4 – Avaliação governo estadual do Ceará e avaliação nacional do governo federal

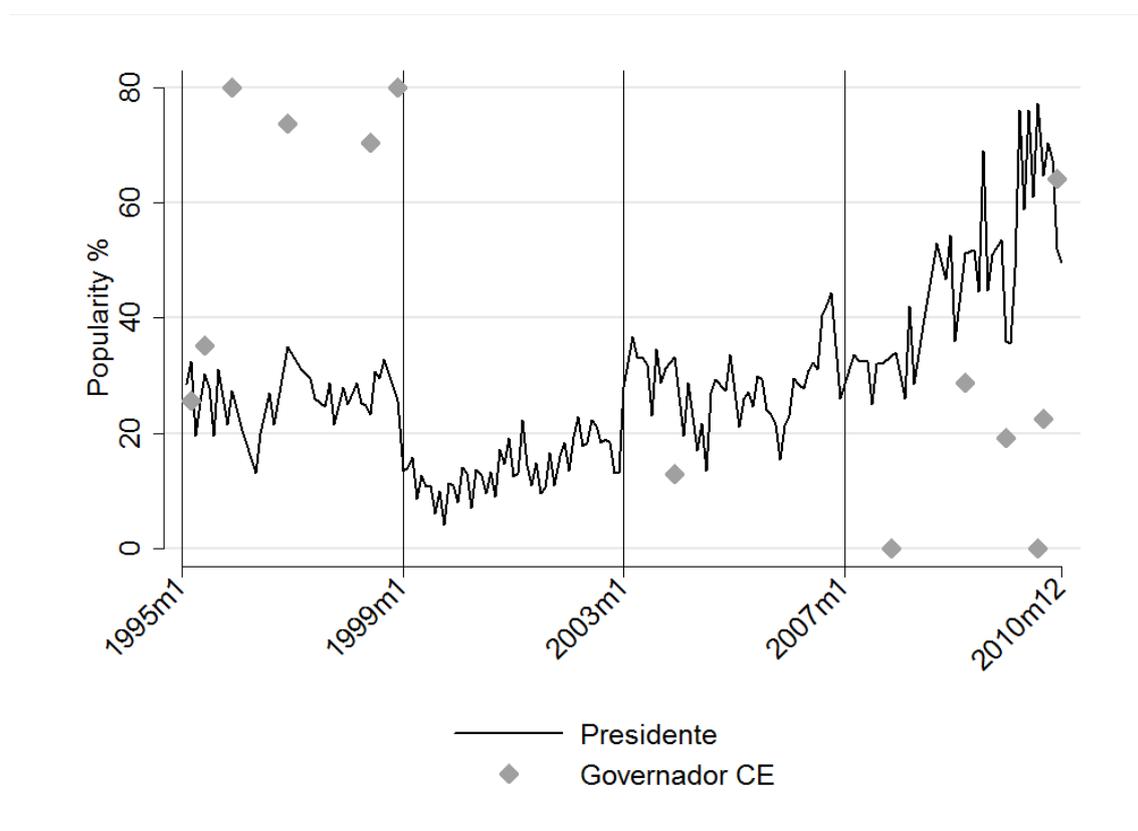


Gráfico 5 – Avaliação governo estadual de Minas Gerais e avaliação nacional do governo federal

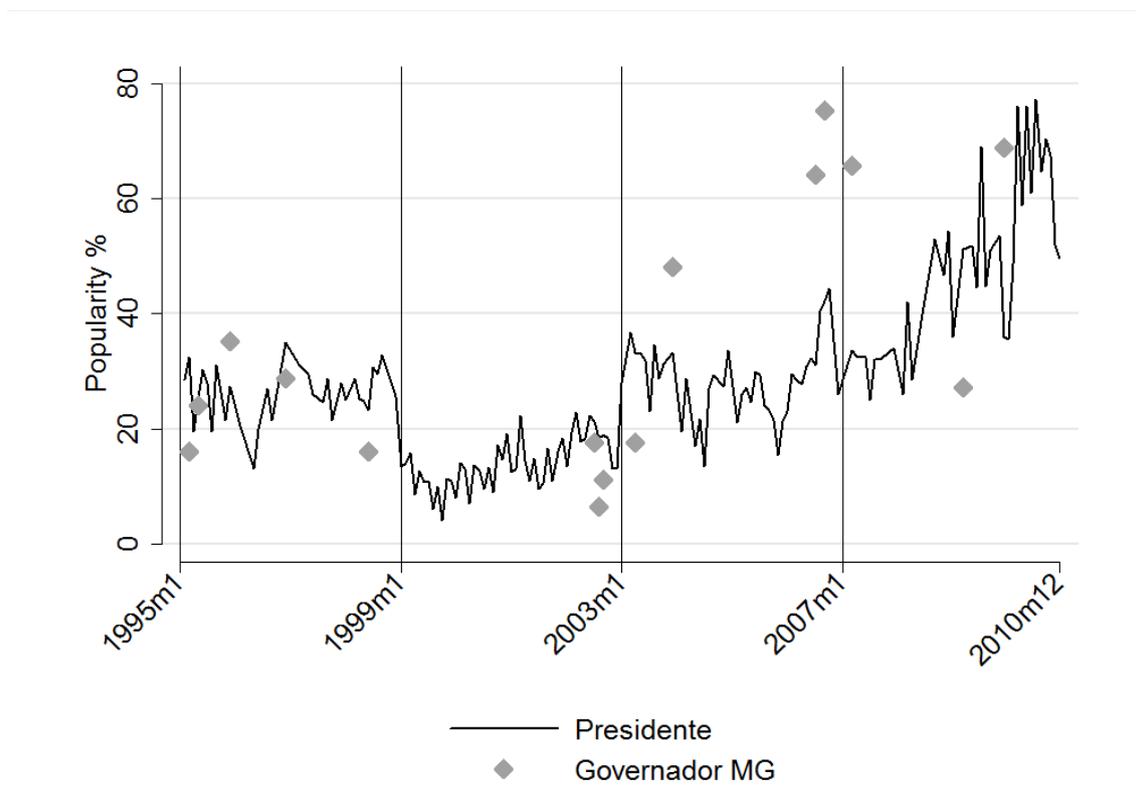
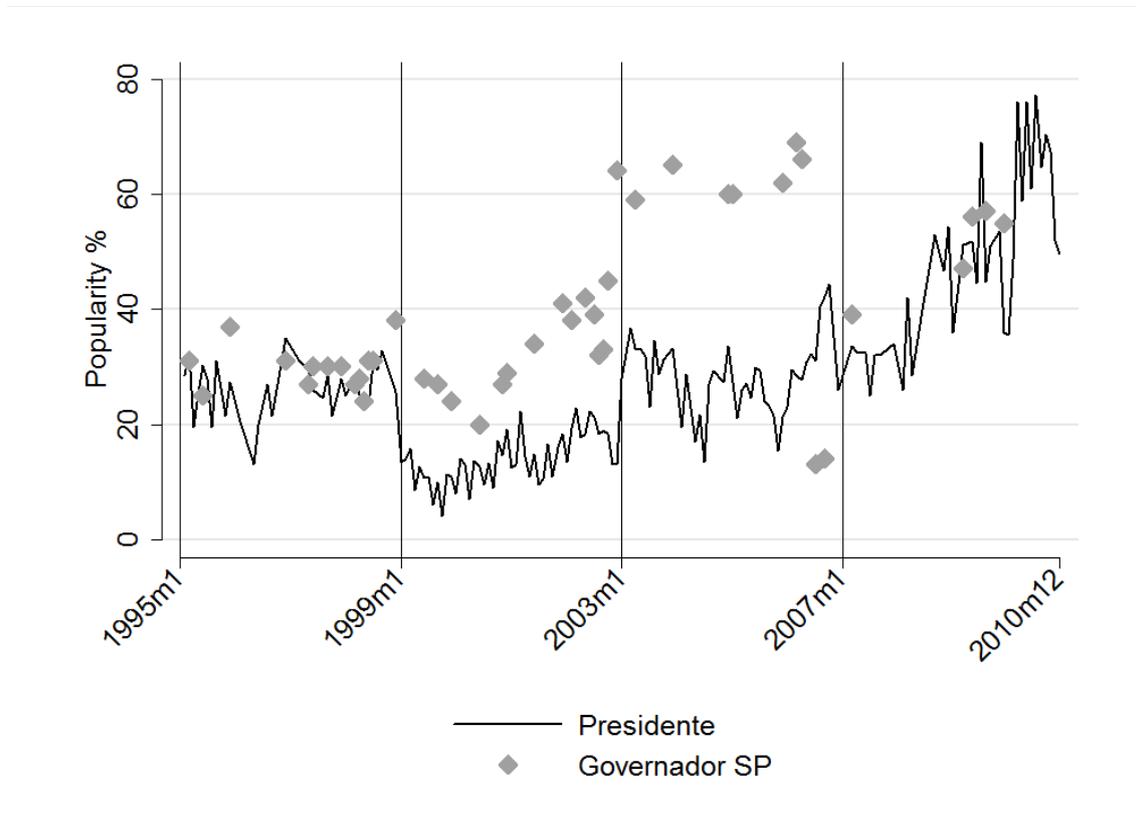


Gráfico 6 – Avaliação governo estadual de São Paulo e avaliação nacional do governo federal



7. Conclusão

Diante dos três gráficos que apresentam as avaliações positivas dos três estados analisados, pode-se notar, claramente, que as taxas de aprovação dos governos sofrem alterações, o que responde afirmativamente à primeira hipótese.

Todavia, a confirmação da segunda hipótese, a qual buscar saber se o federalismo seria uma força sistemática que exerce influência sobre a popularidade ou impopularidade dos governadores, fica em suspenso. Visto que, nas três análises comparativas realizadas, houve três diferentes resultados.

Os resultados da segunda hipótese indicam que ainda é preciso avançar as análises desses dados e obter maior quantidade dos dados de avaliação estadual para, assim, alcançar resultados mais concretos.

8. Apêndice

Gráfico 1 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual da Bahia

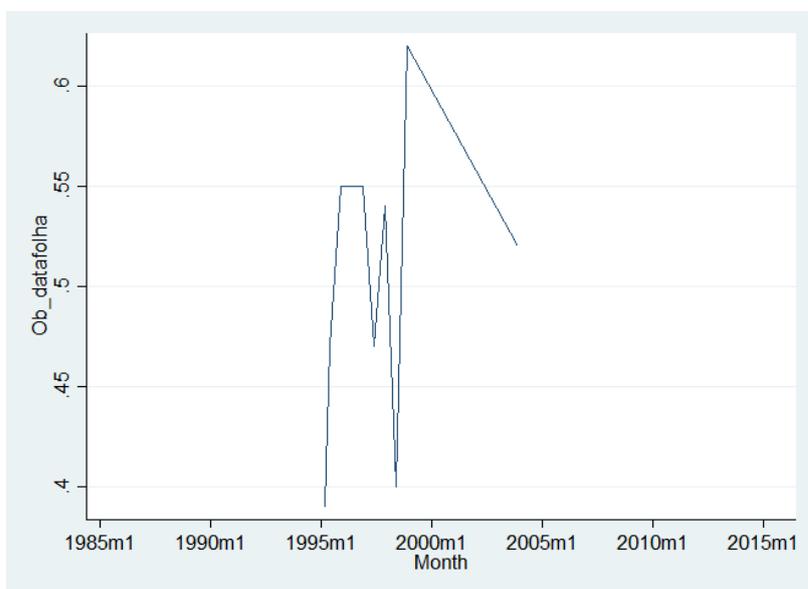


Gráfico 2 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual do Distrito Federal

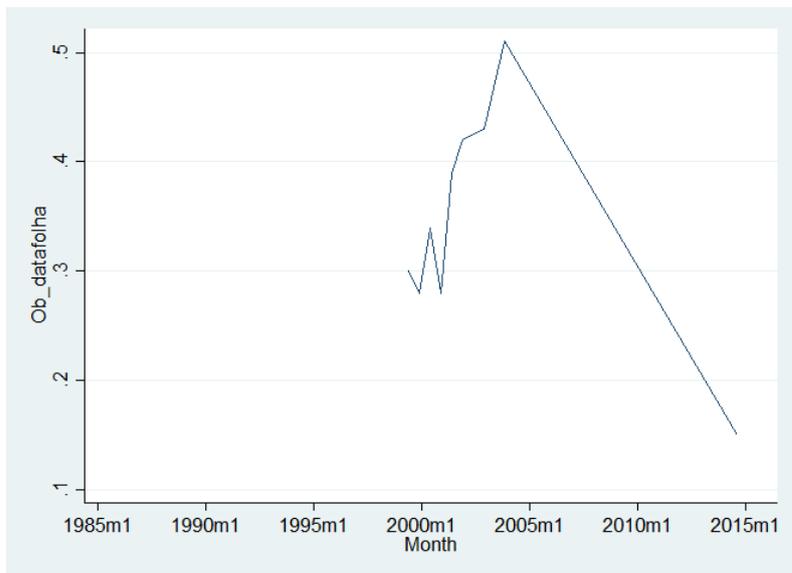


Gráfico 3 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual do Mato Grosso do Sul

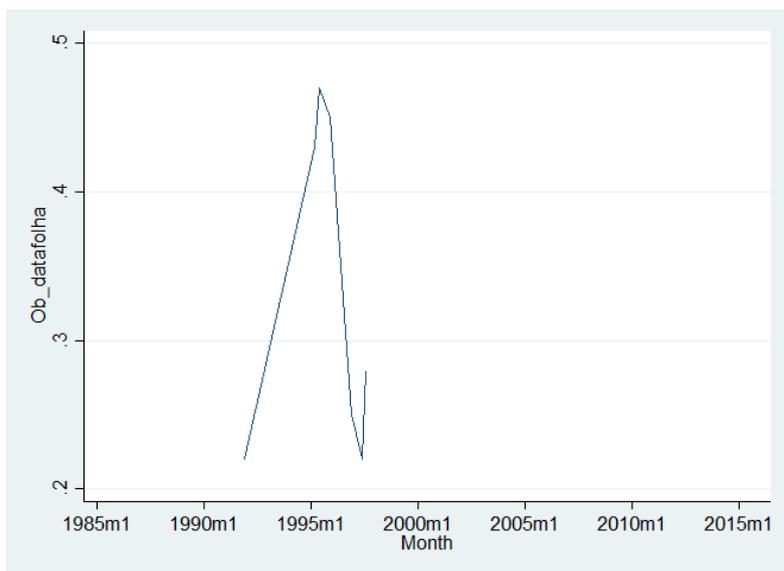


Gráfico 4 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual de Pernambuco

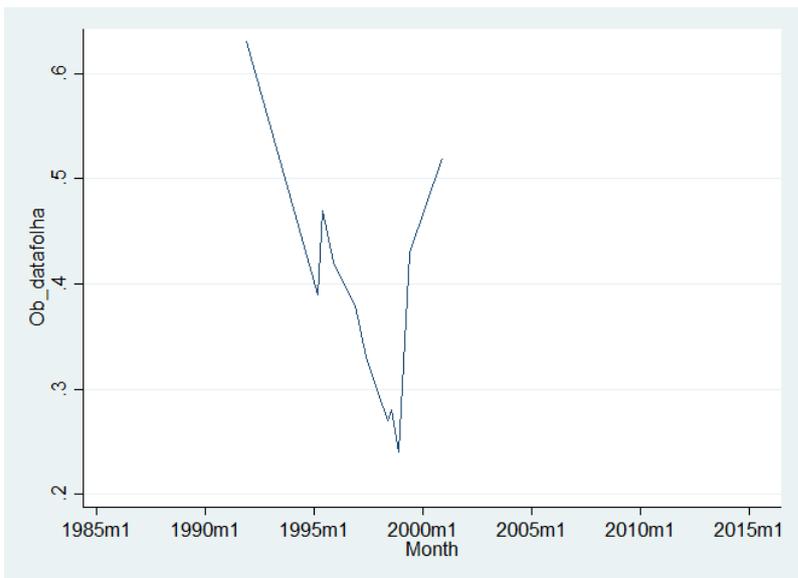


Gráfico 5 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual do Paraná

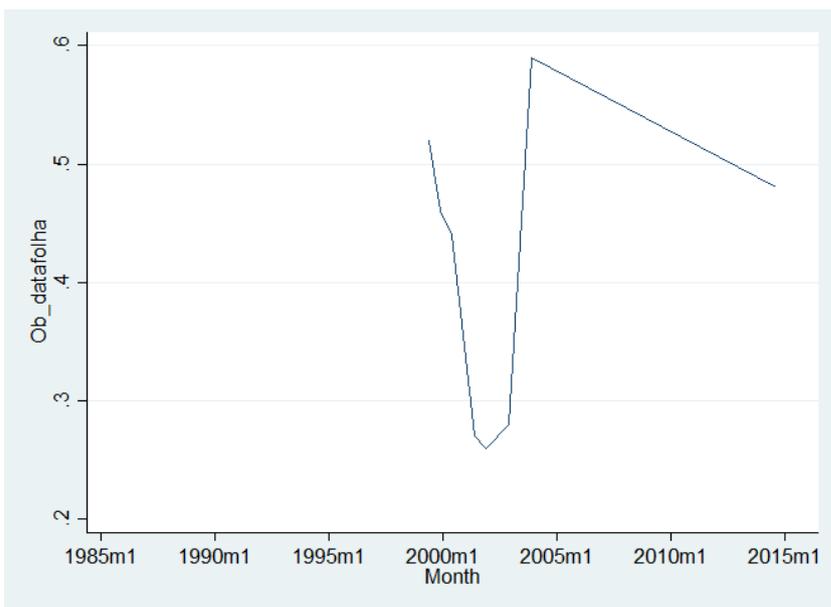


Gráfico 6 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual do Rio Grande do Sul

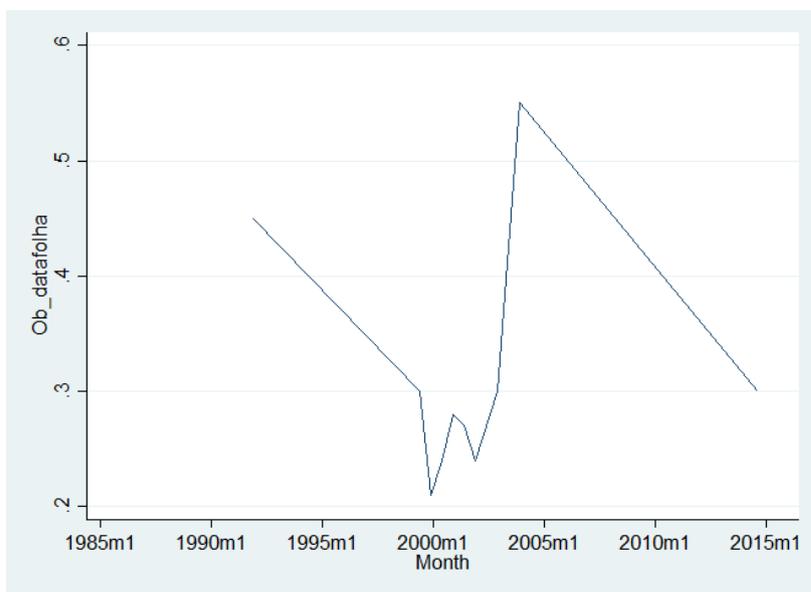


Gráfico 7 – Avaliação de ótimo / bom do governo estadual de Santa Catarina

